



31995712

25351909218202377



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional do Consumidor  
Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos

## VOTO CMED-SENACon/DPDC/SENACon

### RELATÓRIO

1. Trata-se de Processo Administrativo Sancionatório no qual se verifica a aplicação de penalidade de multa à empresa VALINPHARMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., CNPJ: 01.857.076/0001-09, no valor de R\$ 850,63 (oitocentos e cinquenta reais e sessenta e três centavos), nos termos da Decisão nº 254, de 13 de dezembro de 2023 (fls. 258-264), tendo interposto Recurso Administrativo (fls. 280-283) ao Comitê Técnico-Executivo da CMED (CTE/CMED), conforme lhe faculta o Art. 29 da Resolução CMED nº 02, de 16 de abril de 2018.

2. Considerando o sorteio realizado na ocasião da 2ª Reunião Ordinária do CTE/CMED, realizada no dia 29 de fevereiro de 2024, coube a relatoria do recurso a esta SENACON/MJSP.

3. Em sede de primeira análise, o caso foi assim sumariado, *in verbis*:

"1.1. Trata-se de Processo Administrativo de interesse da empresa VALINPHARMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., CNPJ: 01.857.076/0001-09, instaurado em 28/08/2023, pelo Despacho nº 336/2023/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 2311758), em razão da comercialização (Oferta) de medicamento por demanda judicial em face da Prefeitura Municipal de Guaíra, por valor superior ao Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG), em virtude da não aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP), conforme instrução processual. (SEI 2311752).

1.2. Em sede de investigação preliminar, foi elaborada a Nota Técnica nº 147/2023/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 2311761), de 28/08/2023, que constatou que o medicamento SOMALGIN CARDIO - Apresentação 100 MG + 30 MG + 15 MG COM REV DUPLA CAM CT BL AL PVDC LEIT X 60, Código GGREM nº 531616020079703, foi ofertado por valor superior ao permitido, em virtude da não aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP).

1.3. A empresa foi informada da abertura do processo por meio da Notificação nº 345/2023/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 2311847), de 28/08/2023, com data de recebimento dos Correios de 08/09/2023 (SEI 2722918). Apresentou defesa administrativa (SEI 2519830) em 27/09/2023, alegando, em síntese:

que a empresa não trabalha com venda direta de medicamentos requisitados para atender a demandas judiciais;

que foi um equívoco e desatenção interna da empresa, que não observou a razão da solicitação, e, portanto, acabou cotando preço de medicamento sem a aplicação do respectivo desconto;

que há expressa indicação para que o Município adquirisse os medicamentos ao preço ofertado, sem antes, contudo, alertar a empresa de que o valor deveria ser ajustado para o teto da tabela CMED;

que não houve qualquer prejuízo para a municipalidade, não ao menos com relação a esta empresa, já que sua proposta não fora a que se sagrou vencedora.

1.4. É o relatório. Passo à análise."

4. Ao se analisar o caso (Decisão nº 254, de 13 de dezembro de 2023, da Secretaria-Executiva da CMED), verificou-se que foi aplicada, em face da recorrente, multa no valor de 850,63 (oitocentos e cinquenta reais e sessenta e três centavos), pela prática da infração de oferta de medicamento por preço superior ao permitido, para a Administração Pública.

5. No que importa, o ato de primeira análise se baseou nas seguintes premissas para condenar a representada:

- A empresa foi intimada a compor o presente processo administrativo por ofertar o medicamento SOMALGIN CARDIO, por valor superior ao PMVG, em virtude da não aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP).

- Trata-se de infração capitulada no art. 7º da Resolução CMED nº 3, de 02 de março de 2011; bem como no art. 5º, inciso II, alínea "b" da Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018.

- Resultou em um valor a maior de R\$ 693,12 (seiscentos e noventa e três reais e doze centavos).

- Não há como questionar a ocorrência da infração, diante da cadeia de normas que resultou no agrupamento de regras previstas na vigente Resolução nº 2, de 16 de abril de 2018, a qual estabelece expressamente a existência de infração quando há comercialização (oferta) de medicamento por preço superior ao limite máximo, prevendo as cautelas e regras que uma empresa deve observar ao negociar com o Poder Público, ainda que meramente por meio de envio de Proposta ou Cotação de Preços.

- Quanto à dosimetria, deve a penalidade pecuniária ser calculada em consonância ao indicativo vigente à época dos fatos, elaborado pelo Comitê Técnico-Executivo (CTE) desta CMED em 22/08/2013, que, no caso de infração quantificável, determina:

$$Mo = a * (1 + i)$$

Mo = multa apurada no processo administrativo para cada oferta;

a = diferença entre o valor praticado e o preço CMED, por apresentação multiplicada pela quantidade comercializada, nos casos em que tal demanda seja quantificável;

i = índice de ajuste face à condição econômica do agente, nos termos propostos abaixo.

TABELA: Índice de Ajuste face à Condição Econômica do Agente

Faixas	Faturamento médio no ano do ilícito	Índice de ajuste
A	$x \geq 100.000.000,00$	10%
B	$50.000.000,00 \leq x < 100.000.000,00$	7%
C	$25.000.000,00 \leq x < 50.000.000,00$	5%
D	$10.000.000,00 \leq x < 25.000.000,00$	4%
E	$x < 10.000.000,00$	2%

- Considerando que o porte presumido da empresa VALINPHARMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., CNPJ: 01.857.076/0001-09, conforme sistema DATAVISA, é GRANDE PORTE – GRUPO I, enquadra-se, pois, na Faixa B da tabela acima.

Dados da Empresa			
Razão Social:	VALINPHARMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	CNPJ:	01.857.076/0001-09
Tipo do CNPJ:	MATRIZ	Ano Base:	2013
Nome Fantasia:	[sem informação]	Porte:	GRANDE - GRUPO I <b>Histórico de Porte</b>
Situação de Cadastro:	CADASTRADA	Inscrição Estadual:	2013

- Com base nessas premissas, este foi o cálculo da multa-base:

CÁLCULO DE MULTA SOBRE OFERTA E/OU COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS POR PREÇO SUPERIOR AO PERMITIDO (PF/CAP LISTA CAP JUDICIAL ICMS)								
Empresa:	VALINPHARMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA			Nº CNPJ	01.857.076/0001-09			
Processo Nº	25351.909218/2023-77			FAIXA DE FATURAMENTO DA EMPRESA À EPOCA DA INFRAÇÃO				FAIXA B
FATURAMENTO DA EMPRESA À EPOCA DA INFRAÇÃO		R\$	51.000.000,00	TOTAL DE MULTA A RECOLHER		R\$	850,63	
Valor da UFIR de nov/2000 atualizado pelo IPCA e até junho/2023	4,253154275	Total Multa em UFIR	200	TOTAL MÁXIMO A RECOLHER		R\$	850,63	
PRODUTO	Apresentação	Data da INFRAÇÃO	Faturamento a maior À EPOCA DA INFRAÇÃO	Faturamento Corrigido pela Selic	% Multa	Concretização		Multa em R\$
SOMALGIN CARDIO	100 MG + 30 MG + 15 MG COM REV DUPLA CAM CT BL AL PVDC LEIT X 60	12/2022	R\$ 693,12	R\$ 778,65	7,0%	Oferta	R\$ 833,16	850,63

- Quanto às circunstâncias agravantes, ao ofertar produto por preço superior ao permitido, deixou, tendo conhecimento do ato lesivo, de tomar as providências para evitar ou mitigar suas consequências, hipótese de agravante de 1/3, prevista no Art. 13, inciso II, alínea "c", da referida Resolução.

- Quanto às atenuantes, considerando que a empresa VALINPHARMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA não possui condenação transitada em julgado perante a CMED em período anterior ao cometimento da infração analisada no presente processo, em um prazo de cinco anos, sendo, pois, hipótese de atenuante de 1/3, nos termos do Art. 13, inciso I, alínea "a", da Resolução CMED nº 02/2018.

- Ante o exposto, em que pese as atenuantes, deve-se considerar o cômputo respeitando o preconizado no Art. 13, § 1º, §2º, e §3º da Resolução CMED nº 02/2018 "Incidirão sobre o valor base da multa as circunstâncias agravantes e, sobre este resultado, as atenuantes, respeitando-se os limites mínimo e máximo da pena, nos termos do art. 10 desta Resolução", o que resulta na multa final de exatos R\$ 850,63 (oitocentos e cinquenta reais e sessenta e três centavos).

6. Depreende-se dos autos que a recorrente foi intimada da Decisão, na modalidade de Aviso de Recebimento – AR por carta registrada, em 1 de junho 2023, para efetuar o pagamento da multa ou apresentar Recurso ao Comitê-Executivo da CMED.

7. A empresa apresentou recurso administrativo em 29 de junho de 2023, tendo sido atestado, em despacho da SCMED, o cumprimento dos requisitos de tempestividade, legitimidade, cabimento e interesse.

8. No recurso, a recorrente reiterou os seus argumentos aduzidos em sede de defesa, quais sejam:

a) que a empresa não trabalha com venda direta de medicamentos requisitados para atender a demandas judiciais;

b) que foi um equívoco e desatenção interna da empresa, que não observou a razão da solicitação, e, portanto, acabou cotando preço de medicamento sem a aplicação do respectivo desconto;

c) que há expressa indicação para que o Município adquirisse os medicamentos ao preço ofertado, sem antes, contudo, alertar a empresa de que o valor deveria ser ajustado para o teto da tabela CMED;

d) que não houve qualquer prejuízo para a municipalidade, não ao menos com relação a esta empresa, já que sua proposta não fora a que se sagrou vencedora.

9. Relatado. Passa-se à análise.

#### a) Sobre a legalidade e o mérito da sanção de multa aplicada

10. Preliminarmente, importa destacar que a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) é um órgão do Conselho de Governo da Presidência da República, criado pela Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, (*"Define normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED e altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências"*) e regulamentada pelo Decreto nº 4.766, de 26 de junho de 2003, e foi instalada com o objetivo de adotar, implementar e coordenar a regulação econômica do mercado de medicamentos e implementar uma política de acesso aos medicamentos e assistência farmacêutica à população.

11. No âmbito de sua atuação regulatória, a Câmara define diretrizes e procedimentos relativos à regulação econômica do mercado de medicamentos; estabelece critérios para fixação e ajuste de preços de medicamentos; determina os critérios para a fixação dos preços dos produtos novos e novas apresentações de medicamentos; propõe a adoção de legislações e regulamentos referentes à regulação econômica do mercado de medicamentos; e detém poder de polícia administrativo, podendo também aplicar penalidades face ao descumprimento das normas que orientam a atividade do setor regulado.

12. No campo constitucional, a atuação da CMED decorre do art. 196 da Constituição da República, que trata da tutela constitucional do direito de acesso universal e igualitário à saúde, cuja responsabilidade é partilhada pelo Estado e por toda a sociedade. Em âmbito infraconstitucional, menciona-se, inicialmente, a Lei 8.080/1990, a Lei Orgânica da Saúde, que criou o Sistema Único de Saúde (SUS), reiterou que a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, e definiu, dentre as atribuições do SUS, a **"formulação da política de medicamentos (...)"** [art. 6º, VI] e a responsabilidade pela **"execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica"** [art. 6º, I, d].

13. Quanto às leis ordinárias e decretos que orientam, de modo específico, a atividade da CMED, tratam-se das seguintes: (i) a **Lei nº 10.742/2003**, que define as normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a CMED e dá outras providências, (ii) o **Decreto nº 4.766/2003**, que regulamenta a criação, as competências e o funcionamento da CMED, e (iii) o Decreto nº 4.937/2003, que regulamenta o art. 4º da Lei nº 10.742/2003, para estabelecer os critérios de composição de fatores para o ajuste dos preços de medicamentos.

14. Ainda, muito da atividade exercida pela CMED é operacionalizada por atos normativos infralegais, que tem sua cogência e validade derivada de sua relação de subordinação e vinculação com os atos legislativos acima listados. As regras de tramitação processual, bem como a aplicação de sanções, obedecem ao disposto na Resolução CM-CMED nº 02 de 16 de abril de 2018, com aplicação subsidiária dos comandos da Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (*Lei do Processo Administrativo Federal*), bem como da disposições das leis nº 9.873, de 23 de novembro de 1999 (*"Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências"*), 8.078; de 11 de setembro de 1990; assim como dos decretos nºs 4.766, de 26 de junho de 2003 e 2.181, de 20 de março de 1997.

15. Com relação às infrações administrativas, a Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, no seu art. 2º, define o âmbito de sua aplicação bem como os atores a ela sujeitos da seguinte forma:

**Art. 2º** Aplica-se o disposto nesta Lei **às empresas produtoras de medicamentos, às farmácias e drogarias, aos representantes, às distribuidoras de medicamentos**, e, de igual modo, **a quaisquer pessoas jurídicas de direito público ou privado**, inclusive associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, **que, de alguma maneira, atuem no setor farmacêutico.**

16. Em relação aos preços-teto, o órgão faz distinção entre o controle de preços efetuado em relação aos fabricantes de medicamentos e aos demais comerciantes. Os fabricantes devem observar o teto estabelecido pelo Preço-Fábrica (PF), e os comerciantes, responsáveis pela venda dos medicamentos em varejo, a exemplo das farmácias e drogarias, devem observar o Preço Máximo ao Consumidor (PMC), fixado pela CMED anualmente.

17. Dessa forma, caso a venda seja das farmácias e drogarias para o consumidor final, o valor máximo que pode ser cobrado é o Preço Máximo ao Consumidor (PMC), obtido por meio da divisão do PF por fatores de conversão determinados pela CMED, observadas as cargas tributárias do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) praticadas nos Estados de destino e a incidência da contribuição ao Programa de Integração Social (PIS), ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

18. Caso a venda seja para o governo, deve ser, em regra, aplicado ao PF um percentual de desconto chamado de Coeficiente de Adequação de Preços (CAP), o que resulta no Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG). Diz-se "em regra", já que não se aplica o CAP a todas as compras governamentais, mas em duas situações: compras públicas de medicamentos constantes da lista de medicamentos sujeitos ao CAP, definida com base em Resolução da CMED, ou aquisição de qualquer medicamento por força de decisão judicial. Nos casos em que o CAP não for aplicável, o preço teto a ser observado é o PF.

**Orientação Interpretativa CMED nº 02/2006**

Nos fornecimentos para órgãos públicos através de licitações ou não, o Distribuidor é obrigado a vender os produtos, tendo como referencial máximo o preço fabricante.

(...) Assim, o Preço Máximo ao Consumidor é o preço a ser praticado pelo comércio varejista, ou seja, farmácias e drogarias; e o Preço Fábrica é o teto de preço pelo qual um laboratório ou distribuidor de medicamentos pode comercializar no mercado brasileiro um medicamento, já incorrendo em todos os custos de comercialização, quando o laboratório realiza a comercialização diretamente ao setor varejista; ou concede um desconto em seu preço para que a empresa distribuidora possa cobrir seus custos advindos da distribuição do medicamento ao setor varejista e também pratique o Preço Fábrica.

19. Posteriormente, por meio da Resolução nº 04, de 2006, a CMED instituiu o CAP (Coeficiente de Adequação de Preço), que consiste em desconto obrigatório imposto às empresas que pretendem comercializar medicamentos com a Administração Pública quando a compra pública envolver medicamentos específicos, ou quando a compra se destinar ao atendimento de decisão judicial. Sobre esse ponto, veja-se:

Art. 2º O CAP será aplicado ao preço dos produtos nos seguintes casos:

I - Produtos que estejam ou venham a ser incluídos no componente de medicamentos de dispensação excepcional, conforme definido na Portaria nº 698, de 30 de março de 2006.

II - Produtos que estejam ou venham a ser incluídos no Programa Nacional de DST/AIDS.

III - Produtos que estejam ou venham a ser incluídos no Programa de Sangue e Hemoderivados.

IV - Medicamentos antineoplásicos ou medicamentos utilizados como adjuvantes no tratamento do câncer.

V - Produtos comprados por força de ação judicial, independente de constarem da relação de que trata o § 1º deste artigo.

VI - Produtos classificados nas categorias I, II e V, de acordo com o disposto na Resolução nº 2, de 5 de março de 2004, desde que constem da relação de que trata o § 1º deste artigo. (Resolução nº 04, de 2006)

20. Nos termos dos artigos 1º, § 2º, e 3º, *caput*, da Resolução *supra*, é possível extrair o conceito de Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG), obtido da aplicação da seguinte fórmula: PF (Preço Fábrica) – CAP (Coeficiente de Adequação de Preço).

Art. 1º As distribuidoras, as empresas produtoras de medicamentos, os representantes, os postos de medicamentos, as unidades volantes, as farmácias e drogarias deverão aplicar o Coeficiente de Adequação de Preço - CAP ao preço dos produtos definidos no art. 2º desta Resolução, sempre que realizarem vendas destinadas a entes da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

[...] §2º A aplicação do CAP sobre o Preço Fábrica – PF resultará no Preço Máximo de Venda ao Governo – PMVG. (Resolução nº 04, de 2006)

21. Com base nas informações acima, as categorias de preço-teto para cada tipo de compra podem ser organizadas na seguinte tabela:

Venda do distribuidor para drogarias, farmácias e afins	Venda da rede varejista para o consumidor final	Venda para governo de medicamento na lista do CAP	Venda para o governo de qualquer medicamento por determinação judicial	Venda para o governo SEM determinação judicial e de medicamento que NÃO está na lista do CAP
PF	PMC	PMVG	PMVG	PF

22. Quanto aos argumento recursal sintetizado na alínea "a", do parágrafo 8 deste Voto, ele não merecem provimento.

23. Restou demonstrado nos autos por meio da denúncia que, a empresa ao ofertar o medicamento por preço superior ao PMVG, desrespeitou as normas acima citadas. Logo, é inquestionável a conduta transgressora da empresa. É de caráter público que toda empresa, ao comercializar medicamentos, deve respeitar as normas estipuladas pela CMED. A CMED estabelece preços-teto, de modo que o fornecedor de medicamentos pode comercializá-los por preço dentro dos limites estabelecidos, cabendo à empresa verificar, no caso concreto, a viabilidade da operação comercial considerando os contornos normativos incidentes.

24. Com relação ao argumento recursal sintetizado na alínea "b", do parágrafo 8 deste Voto, ele não merece guarida.

25. Em análise aos autos, verifica-se que a empresa recorrente reiterou, em sede de recurso, os seus argumentos apresentados em sede de defesa administrativa sem qualquer documentação probatória robusta de suas alegações. Apenas alegar nos autos que houve um equívoco interno não é suficiente para afastar a aplicação de sanção administrativa, haja vista que a norma do art. 5º, inciso I, alínea "d", da Resolução CMED n. 2, de 2018, traz previsão expressa de infração quando a empresa faz a mera oferta de medicamento.

26. Os argumentos recursais sintetizados nas alíneas "c" e "d", do parágrafo 8 deste Voto jamais serão acolhidos, pois, sempre que participar de negociações com a Administração Pública, necessariamente, deverá observar todas as normas aplicáveis ao caso, de caráter geral ou específico, sendo a tabela de preços estipulada pela CMED um critério indiscutível e vinculante a todo e qualquer interessado.

27. Por fim, destaca-se que a infração de ofertar medicamento por preço superior ao permitido é objetiva no sentido de prescindir de dolo. Dessa forma, ao ofertar o medicamento por preço superior ao permitido a recorrente causou um dano e assumindo o risco de ser responsabilizada junto à Câmara de Regulação de Medicamentos.

28. Assim sendo, no mérito, negamos provimento ao recurso, sendo mantida a primeira decisão.

#### **b) Sobre a proporcionalidade e razoabilidade da sanção de multa aplicada**

29. Quanto à dosimetria da sanção, a decisão da SCMED não merece reparos.

30. Foram aplicados os critérios objetivos previstos na normatização vigente à época. Essa parametrização prévia dos critérios para cálculo da multa traz previsibilidade e segurança jurídica à atuação da CMED.

31. Quanto às circunstâncias atenuantes, há reparos, observa-se:

a) atenuante de primariedade foi corretamente aplicada, haja vista que empresa não possui condenação transitada em julgado perante a CMED, em período anterior ao cometimento da infração analisada no presente processo, num prazo de cinco anos, nos termos do art. 13, inciso I, alínea "a", da Resolução CMED nº 02/2018.

b) Devido a empresa ter comercializado (ofertado) apenas um medicamento, deve ser aplicada a atenuante de caráter isolado.

32. No tocante às circunstâncias agravantes, não há reparações, vejamos:

a) a recorrente de fato deixou, tendo conhecimento do ato lesivo, de tomar as providências para evitar ou mitigar suas consequências. A prefeitura Municipal de Guairá encaminhou e-mail (pag. 12) solicitando a cotação do medicamento e, deixou claro, que era de cumprimento obrigatório a Tabela CMED e a aplicação do desconto CAP, logo a agravante de 1/3, prevista no Art. 13, inciso II, alínea "c", da Resolução CMED nº 02/2018 foi corretamente aplicada.

33. Com isso, diante da incidência de uma agravante e duas atenuantes, a multa-base no valor histórico de R\$ 850,63 (oitocentos e cinquenta reais e sessenta e três centavos) deve ser majorada em 1/3 e, posteriormente, reduzida pela metade. Contudo, tendo em vista que a multa não pode ser inferior ao limite mínimo previsto no art. 57, parágrafo único, da Lei nº 8.078/1990, nos termos do art. 10 desta Resolução, para este caso, deve a multa equivaler ao mínimo legal vigente.

#### **CONCLUSÃO**

34. Diante do exposto, voto pelo conhecimento e desprovimento do recurso, no sentido de:

a) no mérito, manter o reconhecimento da autoria e da materialidade da prática da infração de comercialização de medicamento por preço superior ao permitido, em descumprimento ao previsto no art. 7º da Resolução CMED nº 3, de 02 de março de 2011; bem como no art. 5º, inciso II, alínea "b" da Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018.

b) quanto à dosimetria da sanção, acrescentar a atenuante de caráter isolado e manter a multa final no mínimo legal vigente.

INGRID TAVARES CORREA

Prestadora de Serviços de Apoio Administrativo

VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA

Membro suplente do Comitê Técnico Executivo (CTE) da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED)

[1] Número de referência: OPAS/EOC/Covid-19/20-0006



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Hugo do Amaral Ferreira**, **Diretor(a) do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor**, em 01/07/2025, às 17:38, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **31995712** e o código CRC **E7225322**.  
O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

